

UTOPIA DA DIVERSIDADE COMO ALTERNATIVA À CIDADE DESPÓTICA MASCULINISTA

Marcos Sardá-Vieira*

RESUMO

Este artigo problematiza a influência de grupos masculinos radicalizados e o seu impacto negativo e restritivo na realidade urbana da atualidade. Por outro lado, defende que as aspirações utópicas moldadas por dissidências de gênero e sexualidades devem desafiar as ideologias masculinistas e neoliberais contemporâneas de modo a contribuir para a cultura material de cidades mais solidárias. Assim, através de revisão teórica argumentativa, o objetivo é refletir criticamente sobre ameaças à cidade contemporânea provenientes da perspectiva masculinista retrógrada da extrema-direita e da política heterocispatriarcal de moral conservadora. Por fim, infere-se pela positiva validação da sensibilidade utópica de outras identidades não binárias e contrassexuais na esfera pública e cultural.

Palavras-chave: Imaginação, Cidade neoliberal, Ideologia patriarcal.

* Doutor e mestre em Ciências Humanas. Professor adjunto e pesquisador na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0263-0992>. E-mail: marcosarda@gmail.com

UTOPIA OF DIVERSITY AS AN ALTERNATIVE TO THE DESPOTIC MASCULINIST CITY

Abstract

This article problematises the influence of radicalised male groups and their negative and restrictive impact on today's urban reality. On the other hand, it defends that utopian aspirations shaped by gender and sexuality dissidences must challenge contemporary masculinist and neoliberal ideologies in order to contribute to the material culture of more supportive cities. Thus, through an argumentative theoretical review, the aim is to critically reflect on the threats to the contemporary city from the retrograde masculinist perspective of the far right and heterocispatriarchal politics with conservative morality. Finally, it argues for the positive validation of the utopian sensibilities of other non-binary and counter-sexual identities in the public and cultural spheres.

Keywords: Imagination; Neoliberal city; Patriarchal ideology.

UTOPIA DE LA DIVERSIDAD COMO ALTERNATIVA A LA DESPÓTICA CIUDAD MASCULINISTA

Resumen

Este artículo analiza la influencia de los grupos masculinos radicales y su impacto negativo y restrictivo en la realidad urbana actual. Por otro lado, se argumenta que las aspiraciones utópicas conformadas por la disidencia de género y sexualidad deben desafiar las ideologías masculinistas y neoliberales contemporáneas para contribuir a la cultura material de ciudades más solidarias. Así, mediante una revisión teórica argumentativa, se pretende reflexionar críticamente sobre las amenazas que se ciernen sobre la ciudad contemporánea desde la retrógrada perspectiva masculinista de la extrema derecha y la política heterocispatriarcal de la moral conservadora. Finalmente, se aboga por la validación positiva de la sensibilidad utópica de otras identidades no binarias y contrasexuales en la esfera pública y cultural.

Palabras clave: Imaginación, Ciudad neoliberal, Ideología patriarcal.

INTRODUÇÃO

A utopia surge na atualidade como um conceito fundamental para compreender o campo de disputas políticas e culturais. No contexto de ressurgimento de novas ideologias de restrição às liberdades socioidentitárias, pensar a partir de uma perspectiva utópica pode reconfigurar a ação pela resistência e ampliar projeções de futuro mais humanizadas. Principalmente, em se tratando dos movimentos feministas, negros e ambientalistas, em prol da qualificação da vida e dos direitos humanos (Reis, 2023; Oliva, 2019; Hall, 2006).

O termo utopia é compreendido como um lugar de idealizações na busca por uma vida melhor para toda a sociedade. Neste sentido, parte-se da noção de o campo utópico ser fundamental para qualificar e democratizar as atuações políticas e questionar a realidade da esfera pública no atendimento de necessidades e anseios associados, diretamente, ao cotidiano das pessoas. Além disso, o utopismo (como tema de estudos) e a utopia (enquanto conceito literário) permitem que se alcance singularidades da imaginação criadora e do pensamento crítico da sociedade (Sargent, 2008).

Porém, com o fenômeno da direita radicalizada na atualidade, suspeita-se que nem todas as pessoas apresentam interesses e afinidades intersubjetivas com base na solidariedade, no respeito e na redução de conflitos socioculturais. Na verdade, a maioria das pessoas costuma estar apegada aos dispositivos de poder para exercer o controle (ou ser controlada) por arbitrariedades de interesses particulares sem vislumbrar seus prejuízos. Como vem sendo o caso daqueles indivíduos e grupos autoritários, de mentalidade acrítica aos costumes morais, liderados por homens fundamentalmente heteronormativos, cisgêneros e conservadores (Vilardaga, 2020). Casos em que se destacam aqueles sujeitos mais radicais, também interpretados como masculinistas. Em geral, são homens que apresentam comportamentos e discursos com características subjacentes à masculinidade, incorporadas como atributo essencial do macho viril e dominante. Este perfil também se encontra associado ao campo político e identitário que encabeça a extrema-direita. Tanto como líderes ou cidadãos comuns, em geral, mobilizam-se pelo viés ideológico de preconceitos identitários e discriminatórios contra movimentos socioculturais dissidentes, ao manterem em evidência suas retóricas fundamentadas pela misoginia, homofobia, aporofobia e racismo (Silva, 2023).

Problematiza-se, portanto, que a dissonância cognitiva coletiva perpetrada por tais grupos masculinistas na atualidade política de ascensão da extrema-direita, em especial no cenário brasileiro, contribui para agravar os conflitos urbanos cotidianos, principalmente, ao precarizar e excluir os possíveis valores humanos atribuídos à diferentes comportamentos, corporalidades e desejos a partir de perspectivas utópicas feministas e LGBTQIAPN+. Afinal, o que torna a imaginação utópica de subculturas dissidentes, femininas e afeminadas uma ameaça para a ideologia heterocispatriarcal? E por que as temáticas antigênero e contra a diversidade sexual são tão fundamentais na retórica de ódio da extrema-direita masculinista da atualidade?

A metodologia desta publicação interdisciplinar e qualitativa¹ se organiza pela revisão bibliográfica (a partir de livros, artigos e reportagens) e pela argumentação lógica. Assim, analisa-se a atualidade sob

1 Pesquisa referente à investigação de Pós-Doutorado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC) entre 2021 e 2022, sob a supervisão da Profa. Dra. Maria Bernardete Ramos Flores.

o paradigma da concepção reivindicatória em relação à hegemonia heterocispatriarcal masculinista de constituição da realidade (Stake, 2011). Já o campo epistemológico tem como base os Estudos Culturais ao questionar assimetrias nos processos sociais relativas à divisão sexual de indivíduos, grupos e identidades, para se alcançar interesses e necessidades marcadas por opressões e exclusões de cunho moral e produtivista. Nesse sentido, a cidade é interpretada aqui em sua conformação com a cultura, representando tanto o local de lutas sociais quanto o meio de significações e materialidades entre poder e resistência (Silva, 2010; Cevasco, 2008).

Em seguida, interpretam-se os conceitos derivados da utopia e seus significados na contemporaneidade. Parte-se da ideia de dissonância cognitiva coletiva atual (Rocha, 2021) no âmbito das ações políticas representadas pela moral masculinista e pela ideologia neoliberal, para refletir sobre seus efeitos deletérios na cultura material e urbana. Assim, considera-se que estas ideologias, contrárias à sensibilidade, à arte e à livre imaginação, surgem enquanto estratégia ressentida e nihilista de repressão e destruição de processos criativos, enquanto potência de transgressão contrária às convenções socioculturais. Por fim, conclui-se sobre a retórica obtusa de grupos masculinistas na política de extrema-direita, na intenção de impedir o surgimento de possíveis utopias, principalmente, quando associadas com as representações não binárias e contrassexuais.

UTOPIA E MODERNIDADE

O conceito de utopia costuma vir associado à criação de um lugar idealizado, pautado por justiça social, pelo senso coletivo e no respeito pela conformação do contexto coletivo e institucional. Logo, para ser utópico é preciso estar de acordo com o senso ético e moral do período de tempo, da cultura e da concepção de vida que se busca superar. Assim, embora tenha sua definição etimológica pelo sentido de não lugar (u-topos), como contraponto à *topia* (que seria o lugar propriamente dito), espera-se reforçar o seu caráter transformador e politicamente implicado à realidade, na medida em que também engloba a compreensão de comunidade e governo idealizados (Caúla, 2007).

Normalmente, a imaginação utópica mantém relação com o presente, o passado e o futuro, na maneira de estabelecer suas referências e projetar novas ideias. Por isso, dependendo do contexto histórico, tais especulações podem ser compreendidas como míticas, imaginárias ou fundamentadas no real (Claeys, 2013). É neste sentido que se pode dividir o pensamento utópico em três fases: mítico, religioso e positivista-institucional-constitucional. Nesta divisão, “o declínio da crença religiosa que acompanha a modernidade, assim, substituiu a busca por igualdade na vida após a morte por um desejo intensificado de encontrá-la nesta vida”, segundo a explicação de Gregory Claeys (2013, p. 13). Por isso, para esse autor, as duas primeiras fases ligam o ideal para além da vida, enquanto a fase institucional, em geral, não o faz, ainda que apresente uma salvação secular. No entanto, “a última fase da utopia, a mais institucional ou constitucional, tem menos relação com imaginá-la do que com criá-la, e atinge seu apogeu na modernidade”, o que confere este longo período para a formação do pensamento utópico (Claeys, 2013, p. 9).

Em todas estas fases, portanto, surge algo semelhante no reforço do senso de coletividade para oferecer esperança diante das incertezas. Como no caso das mitologias greco-romanas ou do cris-

tianismo e, ainda, no liberalismo. Entretanto, seja no passado, no presente ou no futuro, como se deve conceber o ideal coletivo? Existe possibilidade de idealizar uma situação de progresso e felicidade comum a todas as pessoas? Quais as consequências possíveis ao se desvirtuar do pensamento ético e utópico?

Imaginada ou praticada humanamente, [a utopia] pode nos ensinar o valor duradouro do amor, do respeito e do cultivo do indivíduo, do excêntrico e do incomum. Abusada, revela paixões sombrias, e pode testemunhar uma massa enfurecida, estimulada por uma ideologia de igualitarismo extremo, vingativo, capaz de um derramamento de sangue (Claeys, 2013, p. 8-9).

Desde o Renascimento ocidental, o pensamento mítico perde força e a vida passa a priorizar os valores humanos como foco de suas realizações. Desta forma, a concepção ideal de um mundo onde todas as pessoas sejam incluídas torna-se um campo de disputas onde, de um lado, estariam àquelas concepções mais poderosas e influentes e, do outro, os segmentos sociais com suas perspectivas mais igualitárias e resilientes.

Na Era Moderna, o conceito de utopia torna-se muito associado à publicação *Utopia*, de Thomas More, que lançou no século 16 este gênero literário de imaginar um lugar improvável com a pretensão de discutir as problemáticas sociais de seu tempo e, quem sabe, tornar possíveis os interesses pela sua implementação.

Algo próximo do conceito de utopia, portanto, serviu historicamente – desde antes da publicação de *Utopia* (1516), famosa obra de Thomas More – para equilibrar as discórdias privilegiando o coletivo, em geral tornando mais iguais a propriedade e as classes sociais. Essa igualdade é o dogma social central, frequentemente considerado definidor dos propósitos utópicos (Claeys, 2013, p. 8).

Na medida em que o termo passa a ser utilizado como base para a constituição de novas ideias, abre-se um campo de imaginações ao longo da modernidade no sentido de constituir propostas de cidades e sociedades voltadas para a felicidade das pessoas e menos centradas no plano místico e religioso. Esta perspectiva de pensar a sociedade organizada em propósitos comuns, pautada pela racionalidade e objetividade produtiva, ganha força com as revoluções civis de destituição do poder monárquico e na conformação dos estados republicanos europeus ao longo dos séculos XVII e XVIII. Neste período surgem as concepções de socializar os benefícios produtivos e fomentar a felicidade na vida comunitária. Assim, aparecem os movimentos socialistas e anarquistas de revisão dos pressupostos éticos e morais e contrários às injustiças sociais perpetradas pela classe burguesa na medida em que esta assume o poder dos espaços e das representações demarcados nas cidades. Todo este campo de concepções utópicas torna-se factível com os adventos técnico-científicos e a fundação das cidades modernistas, consagradas no século XIX (Claeys, 2013). Nesta fase de conquistas para a cultura material e as imaginações progressas, abrem-se novas concepções utópicas para ampliar as conquistas e as representações políticas consolidadas nesse período, como a força da produção industrial, os sistemas de mobilidade, as técnicas construtivas de infraestrutura urbana, a obtenção de recursos naturais e o progresso humano como perspectiva de exploração ilimitada (Sposito, 2012).

Assim, na medida em que se viu o conceito de utopia como não lugar, ou lugar inexistente no sentido empírico, também se obteve outra compreensão a partir de Gregory Claeys (2013), para quem a utopia seria um campo intermediário entre o provável e o improvável. Isso significa que a utopia, enquanto pensamento mobilizador do bem comum, seria uma estrutura reflexiva que não pretende realizar-se por completo, afastando a noção do termo como um pensamento perfeito. Porém, da mesma forma, utopia não significaria o inconcebível total segundo o uso recorrente, definindo-se, relativamente, a partir de relatos históricos da modernidade como mobilização importante para encontrar o equilíbrio entre a realidade e a imaginação. Em complemento, para Jameson (2021) a utopia viria associada ao impulso, que tira a pessoa do lugar comum, a afasta do conforto das convenções e a lança para mais longe, deixando, ainda, o rastro a partir das experiências do passado.

Desse modo, utopia seria um levante amplo, coletivo, que surge como proposta de mobilização para todas as pessoas alcançarem um lugar melhor no futuro. Contudo, na medida em que esse impulso não é forte o suficiente para alcançar uma totalidade significativa de referência e transformação para a sociedade – como no caso da cidade utópica de Thomas More no início do século XVI, da utopia científica de Francis Bacon no século XVII, ou ainda da utopia socialista de Karl Marx no século XIX – alguns destes impulsos de menor proporção são manifestados como mudanças particulares e descentralizadas, no sentido da heterotopia (Claeys, 2013).

Com base em Michel Foucault (2013), a heterotopia refere-se à criação de um modo de vida particular em uma determinada geografia e espacialidade. Esse modo de vida pode surgir de novos hábitos de grupos identitários e de relações sociais. Pode se definir também por um campo de valores simbólicos desassociados da função original para a qual se destinaria a condição material e espacial de determinada localidade. Portanto, diferentemente da utopia, que é relativa à expectativa de se chegar em uma condição de lugar não existente, a heterotopia refere-se a processos particulares de adaptação criativa do espaço (ou da noção de realidade) para novos significados de ocupação (Foucault, 2013).

Por outro lado, quando a utopia se traduz em uma perspectiva negativa de futuro e implica determinado contingente de pessoas, é comum o uso do termo distopia (ou antiutopia) para indicar essa condição a ser criada com base na opressão, no desespero e, desse modo, promover uma antítese utópica (Sargent, 2008). Assim, o conceito de “distopia” diz respeito a essa visão negativa deflagrada para o campo utópico, que também aparece como referência crítica para as atuações de determinados grupos privilegiados na busca pelo controle irrestrito do poder político, da sociedade e do território global. De acordo com Claeys (2013, p. 8):

Para prover maior continuidade a nossas breves vidas, imaginamos passados e futuros que se ajustam na narrativa do presente que consideramos mais confortante. Quando nossas vidas neste mundo se deterioram ou são ameaçadas, reagimos cultivando um sentido reforçado de harmonia familiar e identidade étnica, nacional e/ou religiosa.

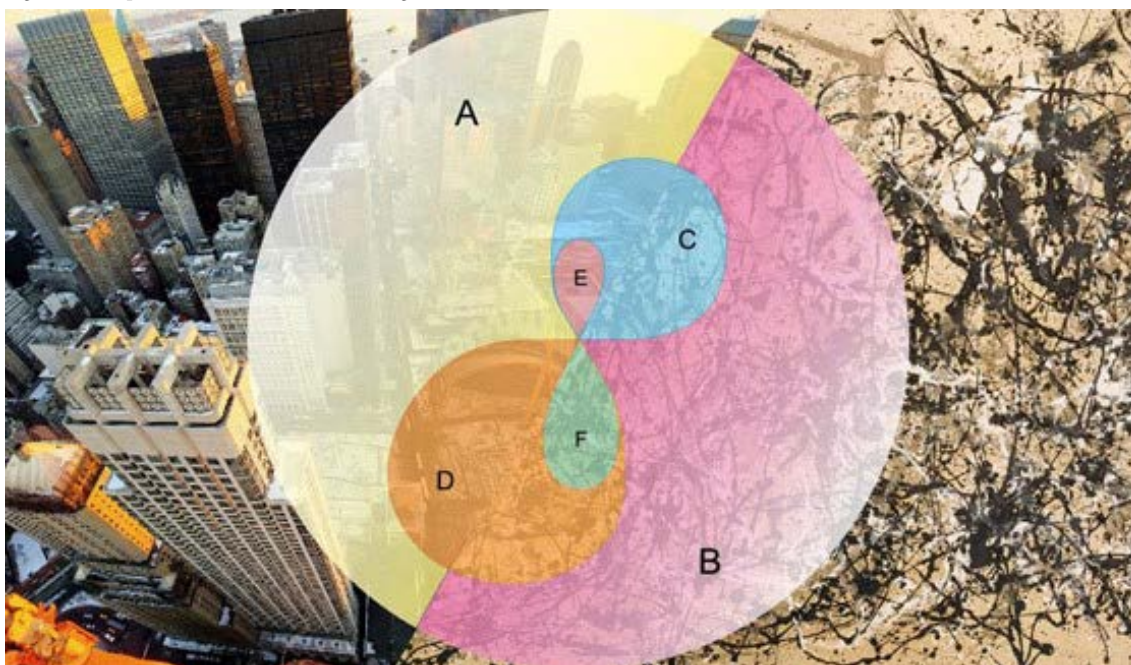
De maneira similar, ao compreender a ação particular de interesses e valores (políticos, econômicos, religiosos, conceituais etc.), que dizem respeito a determinado(s) grupo(s), mas que não necessariamente contribuem para outras pessoas não pertencentes a ele(s), é comum utilizar-se o termo ideologia

para dar conta desse conjunto de princípios, identificando ações, discursos e, muitas vezes, processos identitários compartilhados entre pessoas afins, isto é, unificados por um grupo ideológico. Mas nem por isso, são princípios voltados aos interesses de todas as pessoas.

A partir desses termos, procura-se compreender como se articulam esses conceitos associados à utopia – na relação entre os campos de ações conscientes (1) empíricas/representacionais e (2) abstrações imagéticas/simbólicas – sem o propósito de encontrar uma resolução definitiva nesse entendimento. Assim, é relacionada a complementariedade entre utopia e distopia, no caso, no sentido de estes dois termos formarem impulsos amplos no condicionamento de interesses contrários e que perpassam tanto a realidade quanto a imaginação. Dentro do conjunto utópico, visto como positivo, analisam-se a ação e a imaginação heterotópica como combinação adaptativa para promover benefícios na ressignificação de convivências e materialidades coercitivas diante de determinados fatores da realidade, muitas vezes intransponíveis pelo senso comum. Enquanto a ideologia, ao contrário, seria parte do campo de projeções distópicas visto como negativo, no sentido de infringir fenômenos pautados pela realidade a partir da manipulação corruptiva sobre o campo imagético, criando-se, assim, a ilusão a partir dessa interferência ideológica e, muitas vezes, antiética, voltada a interesses privados.

No esforço reflexivo para estabelecer essas relações conceituais foi criado o infográfico (Figura 1) visando demonstrar esse processo de compreensão e relação entre os conceitos aqui expostos, principalmente, para destacar a importância da utopia como impulso de ações e imaginários que tornam possíveis os processos de criação.

Figura 1: Campo consciente: relação entre imaginação e realidade na atualidade



Legenda: A - Realidade; B - Imaginação; C - Utopia; D - Distopia; E - Heterotopia; F - Ideologia.

Fonte: Elaborada pelo autor, 2022.

A realidade aqui surge como campo plural e complexo, implicado nas ações antrópicas. Se toda construção humana trabalha com o real, seja na filosofia, na ciência, nas artes, nas religiões, é importante questionar através de todas essas áreas o sentido da vida humana e da construção da realidade por uma consciência reflexiva, que exerce suas influências sobre o planeta. Contudo, apesar de essas influências nem sempre serem positivas, a responsabilidade pela construção da realidade não parece estar presente entre as ações humanas, principalmente, quando a ética é obliterada pela prática ideológica a partir de grupos específicos. Sendo assim, apesar de a imaginação se constituir como diferencial humano, a maior parte das pessoas, ao participar do contexto que se apresenta como realidade, submete-se a estas regras equivocadas e, com isso, acaba por assimilar seus pressupostos ideológicos (Carvalho, 2012).

Para Yuval Noah Harari (2018), a imaginação foi o grande diferencial da humanidade, no sentido de conseguir conduzir grandes contingentes populacionais para o mesmo propósito, boa parte de maneira positiva. Condução que não seria possível sem essa capacidade de abstração para a realização comum de fatos, ações e materialidades. A imaginação, portanto, é um conceito aqui interpretado como campo de grandes possibilidades, principalmente, quando vai além das convenções sociais e da reprodução de sistemas já existentes.

Nesse sentido, o campo da imaginação também é parte da formação das pessoas em seus processos de vinculação entre grupos e identidades. Na formação de sujeitos morais, intelectuais e afetivos, a imaginação surge como parte da educação para a autonomia, o cuidado e a hospitalidade. Ou mesmo, como forma de regulamentar e disciplinar as pessoas para atenderem às conveniências de um mundo já estabelecido em suas verdades e interesses institucionais, mercadológicos e publicitários. O que seria uma educação mais voltada para a resiliência. Na relação com os modos de vida na cidade, a imaginação pode ser compreendida também como campo de capacidades crescentes para a vida na urbanidade atual, sendo movida pela relação do corpo na cidade e da mente no espaço virtual (Ochoa, 2015). Por isso, a imaginação costuma servir tanto para motivar boas emoções, ações e trocas quanto para promover alienações e imobilismos para o desenvolvimento humano.

Ainda, a imaginação como potência humana é parte fundamental da relação intersubjetiva de constituição representacional da realidade e da cultura material. Desse modo, quando bem canalizada a partir da apreensão das experiências do passado e das boas intenções de aprimoramento para o futuro, revela-se como imaginação utópica; porém, quando utilizada para mobilizar desejos mesquinhos voltados aos interesses particulares, revela-se um instrumento potencial a serviço de ideologias autoritárias e destrutivas. Portanto, para que a imaginação seja parte do campo de possibilidades, resgatando o potencial criativo e benéfico, entende-se que ela precisa ser pensada a sério no seu comprometimento com a arte, a história e o patrimônio público.

A arte, nesse entendimento, surge como campo de mediação para fugir das concepções ideológicas e obtusas, muitas vezes fixadas em concepções fundamentalistas e conservadoras. São pensamentos particulares que se propõem ideológicos, munidos de uma irracionalidade ressentida e patológica de manifestar seus apegos aos valores de dominação masculina, no campo empírico e territorial, enquanto medidas de censura e poder para atuações políticas violentas e autoritárias (Costa, 2014). Ou seja, con-

forme a arte propõe um campo de atuação para a liberdade de ações, pensamentos e comportamentos, as concepções fundamentalistas e tirânicas insistem na conservação do regramento autoritário de toda uma ordem coletiva, que favoreça, arbitrariamente, concepções narcisistas e uma ordem retrógrada de controle totalitário. Tal qual a história e os bens patrimoniais, servindo como mediação das interpretações e discursos pregressos consagrados por documentos, simbolismos e materialidades, que nos balizam entre referências já consolidadas pelos cânones da arte e da cultura, assim como na lembrança de outras mobilizações de resistências e conquistas sociais. Portanto, ao pensar na arte e na memória como mediadoras da imaginação utópica, é fundamental considerar a formação estética e a atuação ética para evitar comprometer sua eficácia no alcance de situações possíveis entre a fantasia e a realidade factível.

Por outro lado, acredita-se que o senso estético e artístico também está sob o risco da coerção social (Ordine, 2016). Na medida em que existe maior predisposição contemplativa para a ilusão, muitas vezes, promovida pela indústria cultural e pelo entretenimento, ao recriar não apenas um campo riquíssimo de fantasias e ficções, a maioria das pessoas se mantém suscetível a estes simulacros ao se vincular estritamente a estes meios culturais. Afinal, trata-se de um campo imaginário direcionado para finalidades produtivas e que, ardilosamente, aciona emoções a serem cooptadas para gerar aumento no consumo e no engajamento ideológico.

De maneira similar, as áreas urbanas também revelam regramentos e restrições através da padronização dos sistemas construtivos, de certo controle na geração de tendências mercadológicas e na apropriação e controle do solo urbano, de maneira cada vez mais hegemônica (Sposito, 2012). O que reduz exponencialmente os processos artesanais e artísticos associados tanto às fontes técnicas e materiais quanto aos conhecimentos e habilidades construtivas autóctones, que poderiam ser melhor compartilhados e usufruídos entre diferentes segmentos socioculturais.

CIDADE E IMAGINAÇÃO UTÓPICA

Ao longo do tempo, a cidade e a arquitetura costumam representar os ideais do pensamento utópico (Claeys, 2013). Desde os diálogos de Platão em *A República*, no século IV a.C., passando pela publicação de Thomas More, *Utopia*, de 1516 (com tradução inglesa de 1551), até as concepções contemporâneas do movimento *Archigram*, com Peter Cook e David Greene (entre outros), a cidade é pensada como campo de atuações e viabilidades sociais, que se expressa (ou é produzida) a partir de relações estabelecidas entre as pessoas, com os territórios e os bens materiais (Fanticelli, 2014).

Apesar de as idealizações para o bem-estar social em áreas urbanas seguirem boas referências de urbanização – com avanços nos aspectos de mobilidade, formas arquitetônicas, acessibilidade e comunicação – o panorama atual das cidades reflete a consolidação política do sistema econômico capitalista e pós-industrial para o controle dos modos de vida e da cultura material. Tais realizações muitas vezes partem de concepções utópicas, aprimoradas e realizadas nos dois últimos séculos. Porém, ao serem aplicadas no cotidiano por intermédio de jogos de poder, costumam ser usurpadas para favorecer ao campo de disputas políticas, ao acúmulo de capital e à universalização do patriarcado (Lerner, 2019;

Claeys, 2013). Exemplo disso seria a referência da cidade máquina, funcional e eficiente, que se tornou realidade na maneira de conceber o uso do solo urbano e de se tornar um campo de ação para os dispositivos técnicos de controle e regulamentação social. Características que minimizam a importância do espaço legítimo de humanização e criatividade (Rago, 1985).

Esse contexto em que predomina a racionalidade restrita e padronizada, com pouca prioridade às condições de vida humana, também poderia ser visto como resultado distópico diante da prerrogativa de artistas e intelectuais do início do século XX. Entre escritores como Simmel e Walter Benjamin, por exemplo, já existia essa preocupação, ao retratarem suas análises para a atmosfera impessoal da cidade modernista, de onde surgiram importantes questionamentos sobre a condição de alienação e indiferença enquanto medida de sobrevivência nas grandes cidades, tendo Paris como destaque (Harvey, 2015).

Com efeito, a relação entre a concepção utópica e a realidade também diz respeito à distância dos processos e meios de edificação e aos esforços para a consolidação dos meios materiais, que nunca atendem, efetivamente, a perfeição dos ideais concebidos pelos projetos de urbanização e arquitetura. Silke Kapp (2020, p. 25) confirma esta suposição ao afirmar que

[...] a contradição entre as relações sociais que uma utopia projeta e as relações sociais que sua concretização espacial exige é recorrente. Ela afeta planos urbanos e arquitetônicos, assim como os próprios cenários sociais que o gênero literário da utopia representa, e que, direta ou indiretamente, acabam inspirando ações reais.

Ações estas que, muitas vezes, fogem dos compromissos social e ético fundamentados pela utopia.

A partir da imaginação utópica, a cidade se define como campo de possibilidades e questionamentos, mesmo quando não mantém relação com a realidade (Claeys, 2013). Inclusive, alguns desses projetos de *não lugar* foram fundamentais para as revisões estruturais da sociedade moderna, como a concepção do Panóptico, de Jeremy Bentham, de 1787. Outros trouxeram concepções e experiências para a organização econômica, social e espacial de comunidades autônomas em novas cidades, como os Falanstérios (1836-1837), de Charles Fourier, as Cidades Jardins, de Ebenezer Howard, no final do século XIX, e a concepção da cidade funcionalista como “máquina de morar”, estabelecida pelo discurso de Le Corbusier, na primeira metade do século XX. Todas essas concepções reproduzem indícios representativos para pensar as diferentes noções de cidade em antagonismos e simbioses com o resultado das práticas urbanas cotidianas (Frampton, 2008).

Na atualidade, a cidade parece se configurar por seus excessos na medida em que reflete o acúmulo de capital sem a sua distribuição igualitária equivalente. São exageros que tornam algumas partes da cidade mais acessíveis para algumas pessoas em detrimento de outras, seja por questões de acessibilidade dimensional ou mesmo sociocultural. Isso quando ela não se torna totalmente excludente, violenta e insegura para algumas corporalidades e expressões identitárias precarizadas por sua condição de gênero e sexualidades dissidentes.

Dito isso, é interessante ressaltar também que a concepção utópica para a cidade contemporânea acompanha processos importantes para o desenvolvimento conceitual sobre os modos de vida e as estruturas sociológicas contemporâneas. Portanto, pensar a utopia para a cidade é uma forma de pensar e agir com base na imaginação e no senso crítico para que ela não seja vista apenas como efeito do sistema de produção, mas, principalmente, como lugar de práticas solidárias e aptidões voltadas às necessidades humanitárias.

MASCULINIDADES E PATRIARCADO

Até aqui observa-se que a formação do conceito de utopia na modernidade acompanha a constituição da cidade e a busca pela justiça e a igualdade entre seus habitantes. Porém, são poucas as concepções de cidades utópicas que tenham contemplado a maior participação das mulheres (ou do caráter feminino) no desempenho de atividades autônomas, laborais e decisórias. Assim como são irrisórias as concepções utópicas refletindo sobre as contrassexualidades e suas intervenções estéticas na arquitetura das cidades. Ou ainda, são quase inexistentes as concepções de sociedades utópicas, incluindo configurações espaciais, que atendam outras estruturas de organização social no Ocidente para além do sistema patriarcal.

Sobretudo, os pressupostos voltados para a figura do homem cisgênero e heterossexual como referência conveniente, ao naturalizar o caráter dominador e violento pelo reducionismo biológico. O que gera uma visão essencialmente pautada pela superioridade dos homens em relação às mulheres, mas que não adere a amplitude do campo de desenvolvimento cultural consolidado pela condição humana atual. Assim, em geral, o paradoxo heterocispatriarcal define-se por avanços tecnológicos e materiais e, ao mesmo tempo, mantém-se apegado ao caráter identitário de políticas restritivas que sustentam seus privilégios dentro da hierarquia de constituição social e urbana e dos meios de reprodução produtivista.

Tais elementos estão bastante incorporados aos dispositivos de sexualidade pelo conservadorismo dominante na atualidade. Assim, sob esta autodeclarada tutela, grupos políticos, instituições, símbolos e representações perpetuam a imposição de valores biopolíticos sobre corpos e desejos, conforme acontece na disciplina e regulamentação moral exercidas sobre as sexualidades (enquanto práticas, identidades e desejos), assim como os modos de representar o perfil de gêneros binários entre ser homem ou ser mulher. O que exclui qualquer possibilidade de desejos dissidentes e ambiguidades, corporais e performativas, na esfera pública quando divergem das normas cisgênero e heterossexuais. Estas, inclusive, são normas que relativizam a violência contra o feminino, reduzindo as práticas e os desejos sexuais à reprodução humana, enquanto enaltecem a superioridade masculina heterocisnormativa ao exercerem controle e exclusão sobre corpos e identidades subalternas, em geral, femininas e afeminadas (Lewis, 2017; Foucault, 2014; Hall, 2006).

Esta classificação da linguagem que confere a normalidade de identidades de gênero e sexualidades, portanto, surge no século XIX (Foucault, 2014), período em que coincidem as grandes transformações urbanas. E ainda que os estudos sobre masculinidades tenham surgido no início na década de 1970, o questionamento da masculinidade e da heterossexualidade como condições inerentes ao homem

cisgênero e urbano surge propriamente com a Teoria *Queer*, ao desconstruir os estereótipos, suspeitar das fronteiras e instigar que as construções identitárias de gênero e sexualidades são atributos culturalmente apreendidos e reafirmados ao longo do tempo (Lewis, 2017).

Nessa contingência *queer*, as dinâmicas de constituição das identidades de gênero e sexualidades não são fixas. Isto é, os valores que definem tais identidades – na maneira de ser homem, ser mulher ou, ainda, nas pessoas dissidentes desta condição binária – são reconhecidos e reinventados de maneiras distintas na medida em que os efeitos de regulamentação e disciplina não asseguram um padrão restrito de corpos e comportamentos, conforme a necessidade de reificação constante da performatividade de gênero e da descoberta de desejos insubmissos (Butler, 2015).

Estas brechas para o desvio padrão também surtem efeitos na constituição dos perfis de masculinidade (hegemônicas, subordinadas e marginais) e na busca de características idealizadas de virilidade, beleza e corporalidades para os homens (Connell & Messerschmidt, 2013). Porém, com o crescimento dos movimentos feministas a partir da Segunda Onda, assim como da representatividade das subculturas *gay*, lésbica e transgênero, surgem proximidades nestas representações que nem sempre distinguem um atributo masculino no contraste extremo com o feminino. Como é o caso da concepção publicitária do perfil de homem metrosssexual, ao qual seria incorporada certa sensibilidade e humanidade na aparência de constituição desta identidade masculina (Silva, 2006), apesar de tais atributos de vaidade e cuidado de si continuarem mais vinculados ao perfil feminino nas mentes mais tradicionalistas. Por isso, tal idealização publicitária, explorando um novo perfil de consumidores e fomentando novos hábitos à condição masculina, no início deste século XXI, não corresponde com as expectativas de grupos masculinistas, no sentido de desejarem maior distância e contraste em relação a comportamentos e expressões entre masculino e feminino, hétero e homo, criando seu próprio segmento de desejos voltados ao consumo (Januário, 2016).

Diante disso, com a maior projeção dos movimentos sociais contemporâneos, as dinâmicas e disputas da rede de masculinidades ganham outro protagonismo. Logo, o fato de os movimentos sociais feministas e contrassexuais estarem em evidência, certamente, contribui para a missão de salvaguardar a hegemonia masculina a partir da reiterada convenção do homem mediano, caucasiano, conservador, agressivo e menos culto da atualidade, ao requerer a hegemonia pelo suposto mérito de representar a masculinidade original (Brown, 2019).

Nesse sentido, ressurgem ideias de resgatar a masculinidade de tempos passados, quando a dominação masculina nem era questionada. O que revela o descontentamento com a perda de privilégios na estrutura sexo-gênero e a impossibilidade de estabelecer novos diálogos com a realidade pós-moderna, de onde surgem novas tendências e conteúdos estéticos. Com isso, surge a oportunidade de este homem mediano e conservador requerer sua condição hegemônica para a tomada de decisão na rede global de masculinidades (Connell & Messerschmidt, 2013).

Contudo, cabe lembrar que o processo de projeção destes homens destronados, ressentidos e autoritários, na verdade, revela um campo de disputas e retrocessos que expõe o campo moral deste con-

tingente de pessoas cooptadas pela extrema-direita. No caso, são homens e mulheres apegados/as às relações paternalistas, às contradições, ao niilismo e à subserviência da ética neoliberal, que subscrevem as ideologias radicais de obtenção do poder e de manutenção do *status quo* em detrimento da lógica do pensamento utópico (Brown, 2019; Lerner, 2019; Hall, 2006).

Basicamente, são grupos inconformados com a constituição de autonomia e experiências de liberdade praticadas por outros agrupamentos identitários. Assim, tornam-se deterministas sob a falsa justificativa de que suas vontades atendem aos interesses coletivos fundamentais. Contudo, mesmo que inseridos na heteronomia despótica de seus interesses masculinistas, quando os fatos não correspondem com suas pautas políticas e interesses individuais, reagem pela “tirania da intimidade” para superar suas adversidades (Aranha & Martins, 2003, p. 303). Por isso, é possível considerar carências e incompletudes no desenvolvimento moral da fase infante-juvenil, em determinados indivíduos e grupos masculinistas, com base nos níveis de moralidade definidos por Lawrence Kohlberg. Conforme este psicólogo estadunidense, interpretado segundo Sérgio Rego (2003), para alcançar os últimos níveis do desenvolvimento moral, o que vai além da visão convencional da realidade social, seria necessária uma compreensão mais elaborada sobre os conflitos entre as leis que defendem o social *versus* os interesses particulares. O que possibilitaria certo equilíbrio na maneira de se defrontar com os dilemas e decisões mais reflexivas e ponderadas da justiça entre os diferentes interesses que constituem a sociedade (Aranha & Martins, 2003; Rego, 2003).

MASCULINIDADES E NEOLIBERALISMO

Mesmo que o desenvolvimento moral seja uma demanda importante na formação das pessoas, para garantir a boa convivência em sociedade, a própria racionalidade neoliberal – como característica predominante do mercado econômico atual – se encarrega da constituição de sujeitos resilientes e acrílicos à sua racionalidade de desarticulação da sociedade e supressão dos valores humanitários.

Esta condição de vida é pautada pela sobreposição de interesses econômicos sobre qualquer outra demanda social, como saúde e educação. Assim, o desmantelamento do estado democrático, o negacionismo, o aumento da pobreza e a destruição dos recursos naturais convêm, relativamente, à razão neoliberal. O que gera, em contrapartida, o aumento da concentração de riquezas entre poucos grupos privilegiados. Tal contexto, muito evidente na atualidade pós-pandêmica, possibilita a prática de governos tirânicos no sentido de estabelecer medidas de controle biopolítico ainda mais nefastas e contrárias aos direitos humanos, às políticas públicas e à equiparação de benefícios sociais.

O neoliberalismo, portanto, está associado ao regime de governo em que o Estado é incorporado para funcionar segundo suas regras mercadológicas, definindo a concorrência dos agentes sociais como pressuposto na ideia de que todo indivíduo é uma empresa e, nessa incorporação, advogando a noção de liberdade a ser seguida pelas normas estabelecidas pelo próprio mercado. Em vista disso, na medida em que todas as escolhas atuais estão baseadas nesta lógica neoliberal, a noção de realidade passa a ter um balizamento pelo qual todos seguem seus pressupostos de constituição da sociedade, da cultura, da política e, mais exatamente, da economia (Dardot & Laval, 2016).

Wendy Brown (2019) alerta sobre os modos de implantação das políticas neoliberais a partir do crescimento da extrema-direita na atualidade, ao assumir o poder em países periféricos (como Brasil, Hungria, Polônia etc.), além dos países imperialistas, e pelo crescimento de partidos de oposição nos sistemas políticos norte-americano e europeu. Tal interferência neoliberal, que a autora define como uma forma reprogramada de liberalismo praticado por capitalistas oportunistas, tem tirado vantagens destes regimes de difícil nomenclatura (autoritários, fascistas, populistas, teocráticos) para alterar o estado democrático, desvirtuar a cultura, dismantelar os benefícios sociais e abrir chances para as manifestações retrógradas e negacionistas de base racista, homofóbica, xenófobas e ressentidas. Ou seja, o neoliberalismo estaria “associado a um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigáveis para investidores estrangeiros” (Brown, 2019, p. 26).

Especificamente, observou-se o caso do governo federal brasileiro, sob o governo bolsonarista, como um de seus tentáculos ideológicos mais subservientes, que buscou favorecer grupos privados em detrimento das necessidades básicas da população, do desenvolvimento potencial da economia local e das instituições patrimoniais e públicas, como aconteceu, principalmente, na precarização de áreas como a educação, saúde e meio ambiente.

Neste início de século XXI, portanto, com a incorporação do neoliberalismo no funcionamento do Estado, é preciso refletir sobre novas alternativas – ou novos desejos, segundo Jameson (2021) – para o futuro das cidades, enquanto espaços coletivos por excelência. Porém, com os avanços da precarização do espaço público e a desvalorização do acervo patrimonial e arquitetônico, como lançar alternativas de futuro para além do patriarcado e sob a égide da ideologia capitalista?

EPÍLOGO: A ESPERANÇA PELA SENSIBILIDADE UTÓPICA

Ao longo deste artigo o utopismo surge como temática interdisciplinar de estudos para auxiliar em caminhos viáveis na articulação entre a realidade e os aspectos intersubjetivos. Com este conceito, procurou-se desvelar o caráter transformador da condição de dominação masculina, heterocisnormativa e neoliberal e, com isso, alcançar representações para novas estéticas de existência na cultura material e urbana (Sierra & César, 2014).

Tal sistema dominante de reprodução das convenções sociais, que minimiza processos de inovação artística e criativa pautados por políticas progressistas e inclusivas, torna-se o principal meio de conservar as relações de poder patriarcal e neoliberal sem constituir, substancialmente, os pressupostos de equidade e solidariedade sociocultural. Nesse resultado, a cidade se organiza com base nessas dinâmicas restritivas. Ao mesmo tempo, se materializa por esta artificialização do conhecimento racional e produtivista, apropriando-se do valor simbólico dos bens materiais e marginalizando o caráter místico e humanitário de comunidades insurgentes.

A retomada de tais medidas biopolíticas e neoliberais ressurgem na atualidade a partir de retóricas agressivas e radicalizadas na intenção de manter as bases de poder patriarcal, nas quais as representações

masculinistas se tornam hegemônicas. Embora o desenvolvimento moral desses sujeitos radicalizados seja questionável a partir de suas ações e discursos dissonantes, tais manifestações (performáticas, discursivas e intersubjetivas) tornam-se parte da suposta autenticidade masculina, gerando efeitos disruptivos para o funcionamento cotidiano e histórico da cidade (Senra, 2021). De certa forma, a ascensão de tais grupos masculinistas, motivados pelo ressentimento e o nihilismo moral (Brown, 2019; Pinheiro-Machado, 2019), traz consigo a incapacidade criadora para imaginar e inovar as condições atuais de vida, para além da condição de sobrevivência e do sistema cíclico de reprodução, alienação e aprisionamentos (Miguel, 2017; 2015).

Mesmo que sob a ameaça constante dessas forças políticas autoritárias e retrógradas, vários aspectos que se somam ao caráter associado ao imaginário coletivo – assim como os conceitos que revelam o factível, as limitações, os intervalos e as renovações para tudo o que é produzido ou interpretado como realidade – contribuem para reestabelecer esperanças na configuração da ação política e de onde se espera chegar no futuro.

Deste modo, a utopia refere-se a este contexto de esperança onde prevalece a concepção ética e estética por um mundo melhor. Tal perspectiva é apresentada aqui como algo possível e motivador (Duarte, 1999). Esta esperança mobiliza a reflexão e a criação deste não lugar de possibilidades, que preenche a forma de viver de cada um, mesmo sem se realizar por completo. Entretanto, ainda que fiquem no plano da imaginação, este lugar nenhum, esta sociedade supostamente perfeita, esta ficção artística correm o risco de não serem alcançadas ou compreendidas por toda a sociedade. Nem mesmo como entretenimento. Será este o motivo de as reações antidemocráticas, preconceituosas e autoritárias continuarem presentes ainda hoje?

Por certo, para acessar o pensamento utópico, é necessário esforço e paciência para gerar esclarecimentos diante da formação cultural, estética e moral. Mas, enquanto este esforço for preenchido por escolhas imediatistas, superficiais e destrutivas, é provável que a utopia continue sendo um lugar garantido apenas para as mentalidades mais sensíveis.

REFERÊNCIAS

- Aranha, M. L. de A., & Martins, M. H. P. (2003). *Filosofando: introdução à filosofia* (3. ed. Revista). São Paulo: Moderna.
- Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Tradução: Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.
- Butler, J. (2015). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carvalho, C. (2012, dez.). Entrevista com João Francisco Duarte Júnior. *Contrapontos*, 12(03), 362-367. Acessado em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ctp/v12n03/v12n03a15.pdf>.
- Caúla, A. (2007, 01 mar.). *A cidade utópica no cinema: a invenção de outros lugares*. Rua: Revista de Arquitetura e Urbanismo, 10, 08-13. Acessado em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3168>.
- Cevasco, M. E. (2008). *Dez lições sobre estudos culturais* (2. ed.). São Paulo: Boitempo Editorial.
- Claeys, G. (2013). *Utopia: a história de uma ideia*. Tradução: Pedro Barros. São Paulo: Edições SESC SP.

- Connell, R., & Messerschmidt, J. W. (2013, jan.-abr.). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241-282. Acessado em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC#>.
- Costa, M. C. C. (2014). *Arte, poder e política: uma breve história sobre a censura*. São Paulo: ECA/USP. Acessado em: <http://congresso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/11/vGT18-Maria-Cristina-Castilho-Costa.pdf>.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (1. ed.). Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo.
- Duarte, R. A. P. (1999). Cognição, Crítica e Utopia. Elementos Estéticos da Dialética do Esclarecimento. In: Duarte, R. A. P., & Figueiredo, V. A. (org.). *As Luzes da Arte* (1. ed.) (p. 25-54). Belo Horizonte: Editora Opera Prima.
- Fanticelli, L. (2014). *A utopia de Platão: uma análise da cidade imaginária na República*. Caxias do Sul, RS: Educus.
- Foucault, M. (2014). *História da sexualidade 1: vontade de saber* (1. ed.). Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra.
- Foucault, M. (2013). *De espaços outros*. *Estudos Avançados*, 27(79), 113-122. Acessado em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/zz6cfdQBcxskMtMXDHPqT4G/>.
- Frampton, K. (2008). *História crítica da arquitetura moderna* (2. ed.). Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade* (11. ed.). Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A.
- Harari, Y. N. (2018). *Sapiens - Uma breve história da humanidade* (36. ed.). Tradução Janaína Marcoantonio. Porto Alegre, RS: L&PM.
- Harvey, D. (2015). *Paris: capital da modernidade* (1. ed.) (p. 281-299). São Paulo: Boitempo.
- Jameson, F. (2021). *Arqueologias do futuro: o desejo chamado utopia e outras ficções científicas* (1. ed.). Tradução Carlos Pissardo. Belo Horizonte: Autêntica.
- Januário, S. B. (2016). *Masculinidades em (re)construção: gênero, corpo e publicidade*. Covilhã-Portugal: Universidade da Beira Interior.
- Kapp, S. (2020). *Canteiros da utopia*. Prefácio de Sérgio Ferro. Belo Horizonte: MOM.
- Lerner, G. (2019). *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix.
- Lewis, E. S. (2017). Teoria(s) Queer e performatividade: mudança social na matriz heteronormativa. In: Macedo, E., & Rannieri, T. (org.). *Currículo, sexualidade e ação docente* (1. ed.) (p. 157-186). Petrópolis, RJ: DP et Alii
- Miguel, L. F. (2017). Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. *Revista Estudos Feministas* [online], 25(3), 1.219-1.237. Acessado em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1219>.
- Miguel, L. F. (2015). Bourdieu e o “pessimismo da razão”. *Tempo Social* [online], 27(1), 197-216. Acessado em: <https://doi.org/10.1590/0103-207020150111>.
- Ochoa, G. C. (2015). *Ciudad imaginaria y sociedad virtual: las redes sociales virtuales como medio para el análisis de los imaginarios urbanos*. México: Universidad de Guadalajara/Universidad Autónoma de Coahuila.
- Oliva, M. P. (2019, 11 nov.). “A extrema-direita tem uma utopia. Conservadores e sociais-democratas não têm nenhuma”. Entrevista com Carolin Emcke. *El País*. Acessado em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/01/cultura/1572612640_359278.html.
- Ordine, N. (2016). *A utilidade do inútil: um manifesto*. Tradução Luiz Carlos Bombassaro. Rio de Janeiro: Zahar.
- Pinheiro-Machado, R. (2019, 27 maio). Pensador da extrema direita, Jack Donovan radicaliza o machismo. *The Intercept Brasil*. Acessado em: <https://theintercept.com/2019/05/27/jack-donovan-machos-em-crise/>.

- Rago, M. (1985). *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Rego, S. (2023). Teoria do Desenvolvimento Moral de Jean Piaget e Lawrence Kohlberg. In: Rego, S. *A formação ética dos médicos: saindo da adolescência com a vida (dos outros) nas mãos* [online] (p. 75-102). Rio de Janeiro: Editora FIO-CRUZ. Acessado em: <http://books.scielo.org/id/b37sm/pdf/rego-9788575413241-05.pdf>.
- Reis, T. (2023, out.). *Entre a utopia e a realidade: as possibilidades do mundo, segundo Ernst Bloch*. Trans/Form/Ação, 46(4), 269–286. Acessado em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/fbtBTHFKQ4TPGJ8Vp7LF7Zj/?lang=pt#>.
- Rocha, J. C. C. (2021). *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político* (1. ed.). Pós-fácio de Cláudio Ribeiro. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos.
- Sargent, L. T. (2008). Em Defesa da Utopia. Tradução de Irene Enes. Via Panorâmica: *Revista Electrónica de Estudos Anglo Americanos/An Anglo-American Studies Journal*, 1, 1-12. Acessado em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5168.pdf>.
- Senra, R. (2021). ‘Tribalismo masculino’: a seita violenta ligada ao ‘viking’ em invasão ao Congresso dos EUA. *BBC News Brasil*. Acessado em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55582226>.
- Sierra, J. C., & César, M. R. A. (2014, maio). Governamentalidade neoliberal e o desafio de uma ética/estética pós-identitária LGBT na educação. *Educar em Revista*, 35-51. Acessado em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/36464>.
- Silva, B. C. S. L. (2023). *Masculinismo: misoginia e redes de ódio no contexto da radicalização política no Brasil*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Acessado em: https://bib.pucminas.br/teses/CienciasSociais_BrunaCamiloDeSouzaLimaESilva_30430_Textocompleto.pdf.
- Silva, S. G. (2006). A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. *Psicologia: Ciência e Profissão* [online], 26(1), 118-131. Acessado em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000100011>.
- Silva, T. T. (org.) (2010). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* (4. ed.). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Sposito, M. E. B. (2012). *Capitalismo e urbanização* (16. ed.). São Paulo: Contexto.
- Stake, R. E. (2024). *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Tradução: Karla Reis. Revisão técnica: Nilda Jacks. Porto Alegre: Penso.
- Vilardaga, Vicente (2015, 24 jul.). Autoridade doentia. *IstoÉ*. Acessado em: <https://istoe.com.br/autoridade-doentia/>.

